Pobreza no Brasil
O que há de novo no limiar do século XXI?*

Sonia Rocha**

Setembro de 2000

* Este texto atualiza com dados disponibilizados recentemente, particularmente os das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998 e 1999, aquele intitulado "Pobreza e Desigualdade no Brasil – O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real".

** Agradecimentos a Márcio Duarte Lopes, responsável pela programação SAS, e a Sabine Barbara Pabst e Ana Carla Lemos, assistentes de pesquisa.

339.46
R673

31722
IPEA - BSB

1. Introdução

Após a implementação do plano de estabilização de julho de 1994 - o Plano Real - ocorreram mudanças favoráveis no nível de atividade econômica e de renda no Brasil. Estas mudanças foram muito bem-vindas, pois, durante o período anterior (1981-1993), o resultado tinha sido um crescimento médio do produto de apenas 1,07% ao ano. Em conseqüência, a renda per capita neste período declinou, frustrando as expectativas criadas durante a década do "milagre" (1970-1980) de que o país breve ingressaria no grupo das nações modernas e prósperas, eliminando a pobreza absoluta. No início dos anos 90 a incidência de pobreza estava estabilizada em torno de 44%, e o resultado não tinha sido ainda mais adverso devido a mudanças estruturais favoráveis, como a forte queda da fecundidade.

O plano de estabilização afetou de forma positiva e mais acentuada os rendimentos mais baixos. O efeito combinado da liberação do comércio exterior, da boa safra agrícola, e da alta dos preços dos *non-tradeables*, possibilitando ganhos reais para a mão-de-obra menos qualificada, conduziu a uma forte redução da proporção de pobres. Assim, o declínio da pobreza, importante por si mesma, foi o resultado de uma combinação favorável de fatores, já que o objetivo da política governamental esteve centrado na estabilização de preços.

As evidências mais recentes sobre o nível e a distribuição do rendimento no Brasil indicam que a redução da pobreza absoluta que se verificou após o plano de estabilização se esgotou. As informações relativas aos anos de 1996 e 1998 mostram que a pobreza absoluta se manteve em torno de 34%, o que resultava de situações regionais bem diferenciadas, isto é, uma redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, acompanhada de deterioração nas metrópoles, especialmente São Paulo, que sofre forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho. O impacto adverso da desvalorização cambial de janeiro de 1999 transbordou das metrópoles para as áreas urbanas, levando a um agravamento maior da incidência de pobreza neste último ano, quando a proporção de pobres no país atinge 35%.

A impossibilidade de continuar a reduzir a pobreza absoluta após 1995 esteve ligada à situação macroeconômica delicada, que resultava de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e de déficits públicos crescentes. As crises asiática e russa encontraram o país em situação vulnerável. Como resultado, já em 1998, o crescimento do PIB foi praticamente nulo (-0,12%), o que significa que o país voltou a perder terreno no que concerne à evolução do produto per capita (-1,45%). Embora os efeitos desfavoráveis da forte desvalorização de janeiro de 1999 tenham se situado muito aquém dos esperados inicialmente, o crescimento econômico de 1% significou novo declínio da renda per capita. O mais grave, porém, é que os efeitos da queda da atividade não são neutros, mas afetam os pobres de forma mais direta. A evolução observada a partir de 1997 nas metrópoles que concentram cerca de 25% da população brasileira mostra que as perdas em termos de postos de trabalho e de rendimentos recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade, tendo por si só um efeito provável de aumento da pobreza absoluta e da desigualdade.

Este texto está dividido em quatro seções, além desta introdução. A próxima seção trata da relação entre pobreza e desigualdade, mostrando que a persistência da pobreza no Brasil está associada uma distribuição de renda escandalosamente desigual. A terceira seção apresenta uma rápida retrospectiva da evolução da proporção de pobres entre 1970-1999, detendo-se no período pós-1993, quando ocorre uma significativa redução da incidência de pobreza, seguida por uma acomodação no novo patamar. A quarta seção descreve o comportamento recente do mercado de trabalho metropolitano, revelando a forma e a intensidade do ajuste que vem ocorrendo. Como o rendimento do trabalho é a fonte "natural" e principal de renda das famílias, a evolução muito adversa que se vem observando nas metrópoles decerto se rebate negativamente sobre a incidência de pobreza nestas áreas, acabando por impactar os resultados para o país como um todo. Finalmente a quinta seção sumaria os principais pontos tratados ao longo do texto.

A respeito do texto que se segue cabem três observações. A primeira concerne ao conceito de pobreza utilizado. Embora pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, aqui pobreza estará associada somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar. A variável utilizada é a renda familiar per capita, que leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, o tamanho da família e seu papel como unidade redistributiva da renda.

A segunda observação se relaciona ao estabelecimento do valor per capita utilizado como parâmetro de renda mínima - a chamada linha de pobreza. Valores diferenciados para as 23 sub-áreas têm por base cestas de consumo localmente específicas verificadas dentre famílias de baixa renda. A composição dessas cestas é mantida constante ao longo do período de análise, mas elas são valoradas nas datas de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD), segundo a variação dos preços ao consumidor nas regiões metropolitanas.[1] Deste modo, objetiva-se levar em conta as reconhecidas diferenças de custo de vida entre regiões e entre áreas urbanas e rurais. A guisa de exemplo, a linha de pobreza mais elevada em 1999 estava associada à região metropolitana de São Paulo – R$ 167,97 -, enquanto a mais baixa à área rural do Nordeste - R$47,14.

A terceira observação diz respeito ao fato que foram utilizados dois conjuntos de linhas de pobreza, derivadas, respectivamente, do ENDEF e da POF[2], seguindo metodologias de construção muito semelhantes (Anexo 1). Os dois conjuntos de parâmetros permitem evidenciar não só a evolução de longo prazo da incidência de pobreza, já que se apresentam indicadores de incidência de pobreza para o período 1970-1999, como o impacto da mudança de parâmetros sobre os resultados obtidos para a década de 1990. Os resultados analisados para o período mais recente, com detalhamento espacial segundo regiões e estratos de residência, estão associados às linhas de pobreza derivadas da POF.

2. Desigualdade de Renda e Pobreza

[1] Utilizou-se o INPC para cada uma das nove regiões metropolitanas e Brasília.

[2] Estudo Nacional da Despesa Familiar e Pesquisa de Orçamentos Familiares, ambas do IBGE.

Os países nos quais ainda hoje persiste a incidência de pobreza absoluta podem ser classificados em dois grupos. O primeiro grupo é formado pelos países nos quais a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Deste modo, a renda per capita é baixa, e a pobreza absoluta inevitável quaisquer que sejam as condições de sua distribuição.

O Brasil se classifica no segundo grupo de países onde a pobreza absoluta ainda persiste: aqueles nos quais o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos, de modo que a pobreza resulta da má distribuição de renda. Com renda per capita de cinco mil e quinhentos reais ao ano - portanto bem acima de qualquer valor que possa ser realisticamente associado à linha de pobreza -[3], a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição do rendimento. A Tabela 1 apresenta a repartição da população com mais de dez anos de idade com rendimento positivo.[4] Pode-se constatar que, em 1999, os 1% das pessoas que detinham os rendimentos mais elevados se apropriavam de 13% do rendimento total naquele ano, proporção quase idêntica àquela apropriada pelos 50% de indivíduos na base da distribuição. O coeficiente de Gini resultante é um dos mais elevados do mundo, e certamente uma espantosa anomalia para um país com o tamanho populacional e a complexidade sócio-econômica do Brasil. É importante notar que o grau de desigualdade é tão elevado, que o coeficiente de Gini acaba sendo pouco afetado mesmo por melhorias significativas do rendimento na base da distribuição, como aquelas que ocorreram logo após o plano de estabilização. Assim, embora a renda real dos 10% de indivíduos com os rendimentos mais baixos tenha dobrado entre 1993 e 1995, o que levou a uma significativa redução da pobreza absoluta, como se verá mais adiante, esta mudança teve apenas um efeito marginal sobre o grau de desigualdade de renda. Na verdade, uma parte considerável desta desigualdade está associada aos rendimentos mais elevados: o Gini calculado a partir de uma distribuição truncada em 99% se reduz significativamente, embora permanecendo ainda muito elevado quando se consideram os resultados verificados em outros países.[5]

É evidente, portanto, que a extrema desigualdade na distribuição, que resulta de uma dinâmica sócio-econômica própria, está associada à persistência da pobreza absoluta no Brasil. No período de crescimento econômico mais forte, durante a década de 70, o crescimento da desigualdade foi tolerado na medida em que era percebido como um fenômeno passageiro e inevitável, face às novas necessidades de mão-de-obra e aos conseqüentes desequilíbrios no mercado de trabalho. O resultado foi um aumento substancial da desigualdade de renda, tendo o Gini passado de 0,50 em 1970 para 0,59 em 1980.[6] É importante enfatizar que, embora a queda da pobreza absoluta que se observou no período 1970/1980 tenha sido significativa – a proporção de pobres no país caiu à metade[7] -, ficou aquém da que seria possível atingir sob condições distributivas mais favoráveis.

---

[3] Por exemplo, uma linha de pobreza associada ao valor do salário mínimo de 1998 corresponderia a R$ 1560 ao ano.

[4] Renda de todas as origens, isto é, todos os tipos de renda do trabalho, além de pagamentos recebidos dos sistemas de previdência públicos e privados, rendimentos da propriedade e do capital, transferências, etc.

[5] O Gini da distribuição truncada se situa próximo ao verificado na Venezuela em 1990 (0,53), enquanto países desenvolvidos apresentam coeficientes bem mais baixos (França, 0,35). Fonte: PNUD, 1997.

[6] Bonelli e Ramos (1993).

[7] A proporção de pobres declinou de 68%, em 1970, para 35% em 1980 (Rocha, 1996).

Tabela 1
Distribuição da Renda das Pessoas*

% das pessoas em ordem crescente da renda	1986	1989	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Até 50%	12,5	10,4	12,8	13,1	13,0	13,1	13,5	13,9
De 50% à 90%	38,7	36,4	37,4	38,7	39,1	39,3	39,0	39,3
De 90% à 99%	33,6	35,9	33,8	34,3	34,4	33,9	33,8	33,8
De 99% à 100%	15,2	17,3	16,0	13,9	13,5	13,7	13,7	13,0
Gini **100%	0,5804	0,6228	0,5822	0,5738	0,5714	0,5700	0,5646	0,5578
99%	0,5345	0,5762	0,5330	0,5324	0,5315	0,5290	0,5227	0,5180

Fonte: IBGE/PNAD – Tabulações Especiais.
*Rendimentos de todas as origens de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento positivo.
** Valor no limite inferior calculado a partir de dados agrupados

Na década de 80, a chamada de *década perdida* no que tange à evolução da renda, ocorreu confluência de duas tendências adversas. Por um lado, houve uma brutal redução do ritmo do crescimento da renda em relação à década anterior, mas também em relação ao verificado nos anos 60, respectivamente 7,0% e 2,2 % ao ano. Por outro lado, a queda do rendimento (-1,5%) afetou de forma mais adversa os mais pobres: com exceção do segundo décimo da distribuição, a redução do rendimento foi tanto maior quanto mais baixo o nível de renda.[8] Acirraram-se, assim, os conflitos distributivos, que a inflação alta veio, sem dúvida, reforçar. O resultado da conjugação desses dois efeitos perversos da renda, absoluto e distributivo, foi a ausência de melhorias significativas na redução da pobreza, apesar das oscilações de curto prazo associadas aos ciclos conjunturais de *stop and go* da atividade econômica. Na verdade, quando se analisam resultados para anos extremos, 1981 e 1990, o declínio da proporção de pobres que se verifica está claramente associado ao efeito da seca nordestina do início dos anos oitenta sobre os resultados relativos ao ano-base da comparação, não se relacionando, portanto, a uma tendência sustentada de melhoria da renda na base da distribuição.

Estas características relativas à estagnação do rendimento, e à sua má distribuição se mantiveram no início da década de noventa. O plano de estabilização de 1994 rompeu este padrão, ao proporcionar como subproduto uma melhoria significativa do rendimento na base da distribuição (ver Gráfico 1 adiante), o que permitiu reduzir em 1/3 a proporção de pobres sem, no entanto, afetar de forma sensível a desigualdade de rendimentos. Como se viu, o Gini pouco declinou entre 1993 e 1995, já que desigualdade de renda está fortemente associada aos rendimentos mais altos (Tabela 1).

Embora se saiba que redução da pobreza absoluta depende tanto do crescimento da renda como da melhoria distributiva[9], esta última componente assume papel estratégico no Brasil

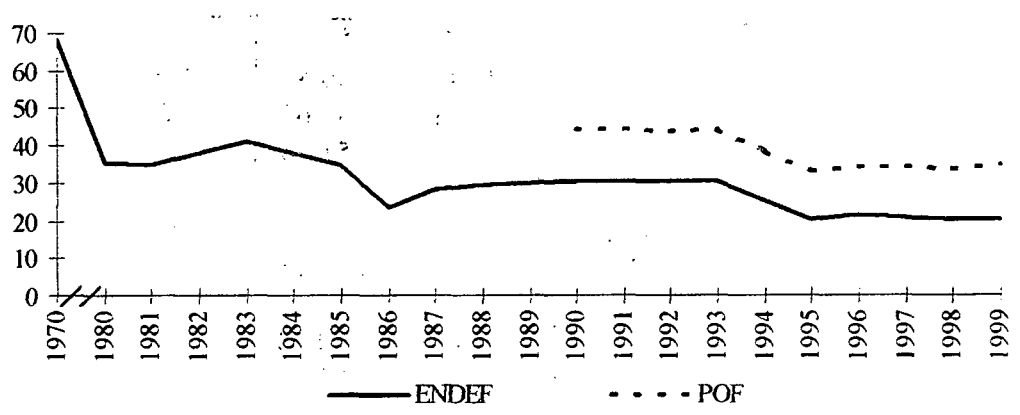
[8] Barros e Mendonça (1992).
[9] Barros e Mendonça (1997).

por duas razões. Primeiramente pelo nível explosivo de desigualdade renda já atingido, que gera inevitavelmente situações de conflito insustentáveis, especialmente onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais críticos. Em segundo lugar, porque as oportunidades "naturais" de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, o que exige ações específicas do poder público no sentido não só de evitar o agravamento, mas de promover a diminuição da desigualdade de renda objetivando especificamente a redução da incidência de pobreza absoluta no país.

3. Evolução da pobreza e o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real

Depois da forte redução da pobreza absoluta nos anos 70, os indicadores anuais relativos ao período 1981-1999 obtidos a partir de linhas de pobreza derivadas do ENDEF indicam três fases bem distintas. No primeiro período, de 1980 a 1986, marcado por oscilações anuais, a proporção de pobres acompanha de perto as flutuações de curto prazo da atividade econômica. Neste período, o resultado mais adverso se refere a 1983, quando a crise recessiva do início da década atinge o seu auge. A retomada da atividade econômica seguida pelo primeiro plano de estabilização – o Plano Cruzado[10] – estancou a inflação temporariamente, o que, conjuntamente às medidas redistributivas adotadas, teve o efeito de reduzir forte, mas apenas temporariamente, a proporção de pobres.

Tabela 2
Evolução da Proporção de Pobres (%) – 1970-1999



	1970	1980	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989
ENDEF	68,33	35,33	34,58	41,21	34,98	23,69	28,26	29,24	29,92
POF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
ENDEF	30,25	30,62	30,37	20,57	21,40	20,88	20,19	20,12	
POF	44,19	44,00	44,09	33,23	34,13	34,09	33,43	34,95	

Fonte: IBGE / Censo Demográfico e PNAD – Tabulações Especiais de Sonia Rocha.

A retomada da inflação contribuiu para a elevação da incidência de pobreza para o patamar onde se manteve no segundo período, entre 1988 a 1993, praticamente estável em torno de

[10] O Plano Cruzado foi implementado em março de 1986.

30%. Esta estabilidade encobre, porém, tendências diversas segundos estratos de residência, o mesmo comportamento sendo observado a partir dos resultados associados aos parâmetros do ENDEF e da POF (Tabela 3). Assim, a proporção de pobres nas áreas rurais se reduziu de forma consistente ao longo do período, o que parece se vincular especialmente à modernização agrícola no Sul e no Centro-Oeste. Concomitantemente à melhoria das proporções de pobres nas áreas rurais, ocorreu agravamento nas áreas metropolitanas, o que é compatível com a natureza da crise recessiva. Como esperado, o impacto adverso mais intenso se deu na metrópole de São Paulo, ponto focal da reestruturação produtiva na indústria: a proporção de pobres na metrópole paulista evoluiu de 33,6% em 1990 para 43,1% em 1992, mantendo-se pouco abaixo deste patamar em 1993. Os impactos da crise no estrato urbano se concentraram em São Paulo, que, com uma proporção de pobres de 21,3% em 1990, era a sub-área no país onde o indicador se mostrava mais favorável, passando a 26,7% em 1993. Esta sensibilidade à crise pelo estrato urbano paulista é provavelmente reveladora de uma maior integração produtiva entre a metrópole e seu entorno urbano, resultando na maior difusão no interior deste estado dos impactos adversos sobre a renda.[11]

Tabela 3
Número e Proporção de Pobres segundo estratos
e sub-áreas selecionadas – 1990/1993

Estratos e	1990		1992		1993	
Sub-áreas	No. (mil)	%.	No. (mil)	%	No. (mil)	%
Rural	17.686	56,81	14.979	52,73	14.804	51,56
Nordeste	11.271	69,45	9.745	66,89	10.148	67,90
Sul	2.210	39,56	1.671	31,63	1.299	25,39
Centro-Oeste	1.171	58,73	875	51,04	.714	41,40
Metropolitano	17.579	41,37	19.203	44,31	19.764	45,12
São Paulo	4.965	33,62	6.546	43,13	6.474	41,93
Urbano	26.049	40,00	27.425	40,18	28.024	40,35
São Paulo	2.868	21,29	3.666	25,69	3.849	26,70
BRASIL	61.313	44,19	61.607	44,00	62.593	44,09

Fonte: IBGE/PNAD, 1990/1993 - Tabulações Especiais.
Nota: Linhas de Pobreza derivadas da POF.

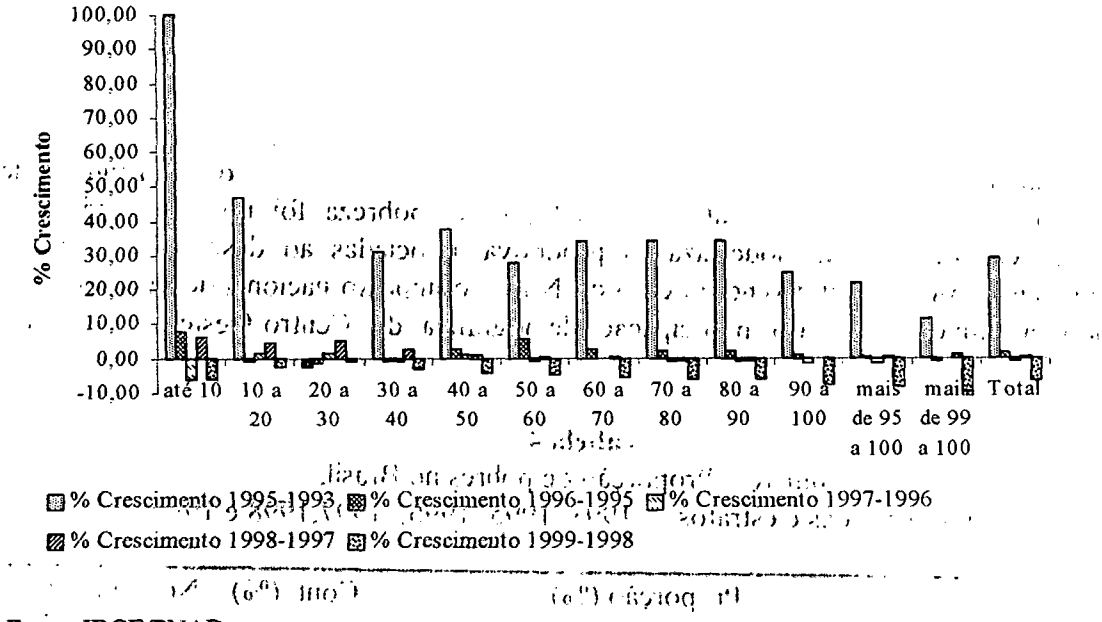
Depois de diversas tentativas de controle da alta de preços, o Plano Real de julho de 1994 foi bem sucedido, reduzindo a inflação que atingia 48% ao mês em junho de 1994, à taxa anual de 22% em 1995, que declinou de forma contínua até o final de 1998. Não se trata aqui de discutir as características do Plano,[12] mas apenas de destacar os fatores que contribuíram para a redução forte da pobreza absoluta no período imediatamente posterior

[11] Para o detalhamento das diferenças espaciais da evolução da pobreza, ver Rocha (1998[a])
[12] Diferentemente dos plano anteriores, o Plano Real não recorreu a controle de preços, mas introduziu de forma astuciosa uma moeda indexada de transição.

à sua introdução, patamar onde praticamente tinha se estabilizado até a desvalorização de 1999.

Gráfico 1

Crescimento da Renda* Real por décimo – 1993/1999 (%)



Fonte: IBGE/PNAD.

* Pessoas de 10 anos e mais com rendimento mensal positivo (rendimento de todas as fontes).

Entre 1993 e 1995 ocorreram mudanças importantes.[13] O rendimento médio das pessoas apresentou um ganho real expressivo, que se deu de maneira mais acentuada para os que percebiam rendimentos mais baixos (Gráfico 1). Assim, no décimo inferior da distribuição, o rendimento teve desempenho excepcional, dobrando de valor no período, passando de R$ 28 em 1993, para R$ 56 em 1995 (preços de setembro de 1997). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram significativos, apresentando um aumento de 46% no mesmo período. Essa evolução dos rendimentos teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza: a proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993, para a 33,3% (49 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todos os estratos de residência e regiões (Tabela 4). Examinando a série de longo prazo (Tabela 2), verifica-se que o resultado obtido para aquele ano é o melhor de todo o período 1970-1995, sendo que a proporção de pobres neste último ano é inferior até mesmo à verificada em 1986. Cabe destacar, ainda, que as melhorias dos rendimentos e de sua distribuição após o Plano Cruzado tiveram pouca duração: a proporção de pobres se elevou com a retomada da inflação, de modo que, em 1987, já se situava em um patamar bem mais alto.

Embora entre 1993 e 1995 tenha se verificado redução generalizada da pobreza, esta ocorreu com intensidade localmente diferenciada. A redução da proporção de pobres nas metrópoles esteve diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos, particularmente nas ocupações do setor

[13] Não foi realizada a PNAD 1994, de modo que as comparações intertemporais com base nesta pesquisa têm que ser feitas obrigatoriamente para o biênio 1993-1995.

terciário (comércio e serviços). Devido a uma conjunção de fatores macroeconômicos e locais/setoriais, os indicadores para as metrópoles mostram não só uma melhoria em relação a 1993, mas também em relação a 1990. A situação mais adversa é a da região Norte, onde os ganhos após estabilização são suficientes apenas para retornar ao nível de incidência de pobreza verificado no início da década. Esta evolução resulta da atração que a região exerce sobre os migrantes, apesar da evidente falta de dinamismo econômico. Embora a evolução desfavorável da pobreza na região Norte seja preocupante tendo em vista tanto a intensidade do fenômeno, como sua característica de estabilidade ao longo do tempo, seu impacto nacional é limitado: o número de pobres na região Norte corresponde a apenas 5,5% do número total de pobres no país em 1997.[14] Na outra região de fronteira de recursos, o Centro-Oeste, ao contrário a redução da pobreza foi notável, devido ao dinamismo econômico e à modernização produtiva associadas ao desenvolvimento do complexo agrário-industrial. Como no caso do Norte, o impacto nacional desta evolução é reduzido em função da fraca participação demográfica do Centro-Oeste no contexto nacional.

Tabela 4
Número e Proporção de pobres no Brasil,
segundo regiões e estratos - 1993, 1995, 1996, 1997,1998 e 1999

Regiões e estratos	Proporção (%)						Cont. (%)	No. de Pobres (mil)
	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1999	
Norte urbano	47,46	38,49	39,57	39,61	40,53	39,95	4,98	2.711
Nordeste	63,96	52,05	53,13	52,86	50,35	50,90	42,03	22.880
Minas G./E.Santo	38,54	27,82	28,21	27,50	28,76	28,62	10,43	5.676
R. Janeiro	43,52	28,50	29,16	28,86	28,55	27,88	6,81	3.707
São Paulo	34,16	22,01	24,17	25,21	25,11	29,35	18,77	10.217
Sul	24,49	17,85	17,59	18,11	17,76	19,71	8,72	4.749
Centro-Oeste	47,11	37,44	37,71	34,62	34,56	37,43	7,61	4.145
Metropolitano	45,12	31,16	32,65	33,18	33,74	36,88	32,12	17.484
Urbano	40,35	31,20	31,46	31,30	30,14	31,78	45,95	25.016
Rural	51,56	41,51	43,42	42,84	41,61	40,26	21,93	11.940
BRASIL	44,09	33,23	34,13	34,09	33,43	34,95	100	54.440

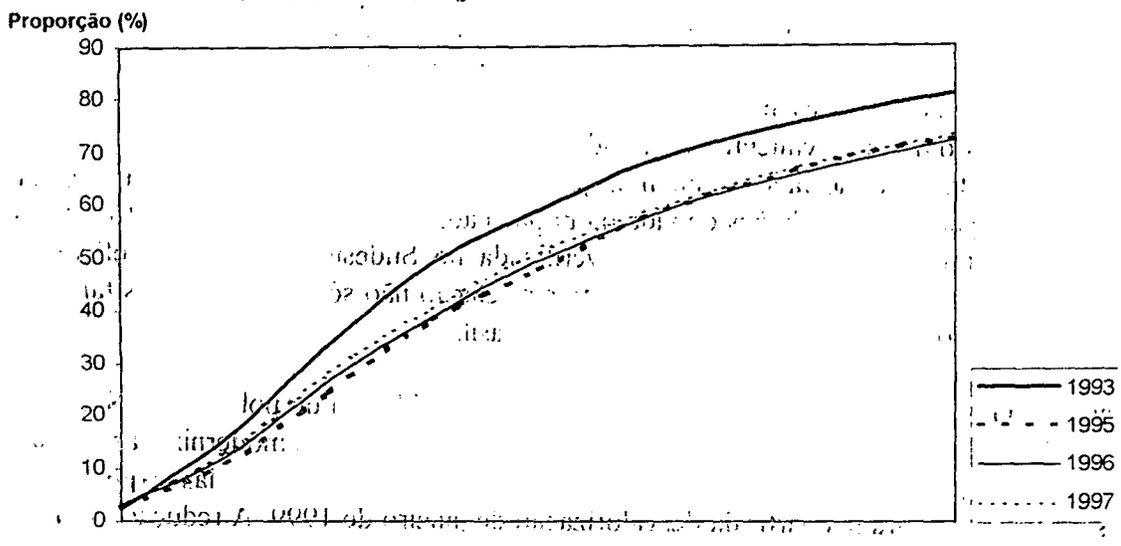
Fonte: IBGE/PNAD (Tabulações Especiais).
Nota: Linhas de Pobreza baseadas na POF

Os dados relativos a 1995-1999 permitem verificar que o patamar de incidência de pobreza no Brasil, reduzido drasticamente com a estabilização, se manteve com pequenas oscilações no período. Estes resultados não estão associados aos conjuntos específicos de linhas de pobreza como as utilizadas nesta análise, mas são robustos a qualquer valor de linha de pobreza arbitrado num intervalo realista. As proporções de pobres, que correspondem a linhas de pobreza assumindo valores entre ¼ e 2 salários mínimos para a renda familiar per capita, são praticamente coincidentes nos anos de 1995, 1996 e 1997 (Gráfico 2). Assim,

[14] Esta participação era de 3,7% em 1981 e de 5,3% em 1990.

parece evidente que os efeitos redistributivos do plano Real em nível nacional já tinham se esgotado em setembro de 1996 e que a proporção de pobres se estabilizava num novo patamar.

Gráfico 2
Proporção de Pobres para valores da Linha de Pobreza
entre 1/4 e dois salários mínimos per capita
Brasil -1993, 1995,1996 e 1997



Apesar da redução da sua incidência, as principais características estruturais da pobreza no país se mantêm neste novo patamar. A pobreza no Brasil tem um forte componente regional: sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul. Por outro lado, apresenta-se sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora em São Paulo e Rio de Janeiro, as regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano (Tabela 4 e Anexo 2). Para o conjunto do país, embora a proporção de pobres se mantenha ainda muito mais elevada em áreas rurais (40%), os pobres urbanos são largamente a maioria, correspondendo a 78% dos pobres brasileiros em 1999.

As regiões Norte e Nordeste não apresentam indícios de romper com sua herança de pobreza e alterar a sua posição relativa desfavorável. A evolução 1993/1999 no que concerne à sua participação no número de pobres do país revela praticamente estabilidade da dicotomia Norte/Nordeste versus Centro-Sul[15]. Na verdade, no Nordeste os resultados se mostraram menos adversos do seria de se esperar: em 1998 e 1999 a região sofreu seca grave, que causou quebra da produção agrícola regional. Deste modo, a redução que se verifica na incidência de pobreza nordestina em 1998 e a manutenção do indicador no mesmo patamar em 1999, se devem, em grande parte, ao programa de frentes de trabalho

[15] A participação do Norte e do Nordeste no número total de pobres no Brasil passou de 46,6% para 47,0% no período 1993-1999.

implantado pelo governo federal em parceria com os estados afetados, que chegou a assistir 1,2 milhões de trabalhadores em dezembro de 1998. O montante de renda transferido para esses trabalhadores como compensação pela seca foi significativo, sendo que no estado mais beneficiado, o Ceará, chegou a representar 20% do total da renda rural do estado .[16]

A intervenção federal evitou agravamento da pobreza associada à seca, permitindo mesmo a sua redução sob condições exógenas adversas. No entanto, a concentração de pobres na região continua alarmante, tendo em vista não só o tamanho do contingente populacional envolvido – 22,9 milhões de pessoas -, o equivalente a 42% dos pobres brasileiros em 1999, mas as condições de vida da população em geral, e dos pobres em particular. Ao meio físico frequentemente adverso, se juntam condições sanitárias precárias, o nível baixo de escolarização e possibilidades muito limitadas dos governos locais de operar, de forma eficaz, em favor do desenvolvimento das atividades produtivas e da assistência à população. O fato de que a taxa de mortalidade infantil, que pode ser considerada como um indicador sintético privilegiado das condições de vida da população, se situa em torno de 59/1000 no Nordeste, portanto quase o dobro daquela verificada no Sudeste (25/1000)[17], reflete de forma inequívoca a situação crítica do Nordeste em relação não só à pobreza, mas também à persistência de fortes desigualdades regionais no Brasil.

Se a assistência contra a seca permitiu manter estável a incidência de pobreza no Nordeste em 1999 devido à redução da pobreza rural, as áreas urbanas e mais modernizadas do país foram afetados pela crescente instabilidade dos mercados mundiais e pelas expectativas adversas que se formaram a partir da desvalorização de janeiro de 1999. A redução do nível de atividade, causando novo ajuste do mercado de trabalho, levou ao agravamento da pobreza metropolitana, mas a um ritmo mais acentuado do que vinha ocorrendo desde 1995, devido especialmente à metrópole paulista.

As evidências de que se dispõem (Tabela 4 e do Anexo 2) permitem verificar que, se os efeitos do plano de estabilização reduziram a pobreza amplamente no país, os ajustes que se seguiram vem conduzindo a um agravamento da pobreza metropolitana, que passa de 33% em 1995, a 37% em 1999, tendo um impacto crescente sobre os resultados nacionais. Informações da Pesquisa Mensal de Emprego sobre o comportamento do mercado de trabalho em seis metrópoles, cuja população corresponde a 25% da população brasileira, permitem melhor qualificar o efeito da reestruturação produtiva em curso sobre a incidência da pobreza e da desigualdade no Brasil.

4. Evolução Recente do Mercado de Trabalho e Pobreza

As formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho têm importância fundamental pelo fato de que o rendimento do trabalho - presente ou diferido por mecanismos de poupança e seguridade -, constitui-se na forma socialmente desejada de os indivíduos atenderem às suas necessidades, evitando a pobreza. Mecanismos sociais compensatórios são normalmente encarados como proteção excepcional, quando a inserção via mercado de trabalho não ocorre adequadamente. Neste sentido, é relevante investigar como dificuldades

[16] Foram pagos feitas transferências de R$ 22.5 milhões no Ceará em setembro de 1998.
[17] Estimativas de Simões (1997)

de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho ou a evolução adversa do rendimento do trabalho são capazes de afetar a incidência de pobreza.

Os dados relativos ao mercado de trabalho mostram que, apesar da perda de postos de trabalho desde 1996 e da inflexão do rendimento médio a partir de 1997, ainda se verificavam no segundo semestre de 1999, melhorias em relação ao período imediatamente posterior à introdução do plano de estabilização (Tabela 5). Portanto, sob condições distributivas neutras e relativa estabilidade demográfica, isto implicaria redução da incidência da pobreza nas metrópoles em relação à observada em 1995.

Tabela 5
Evolução do pessoal ocupado,
rendimento médio e rendimento total do trabalho
nas seis Regiões Metropolitanas* - 1994-2000

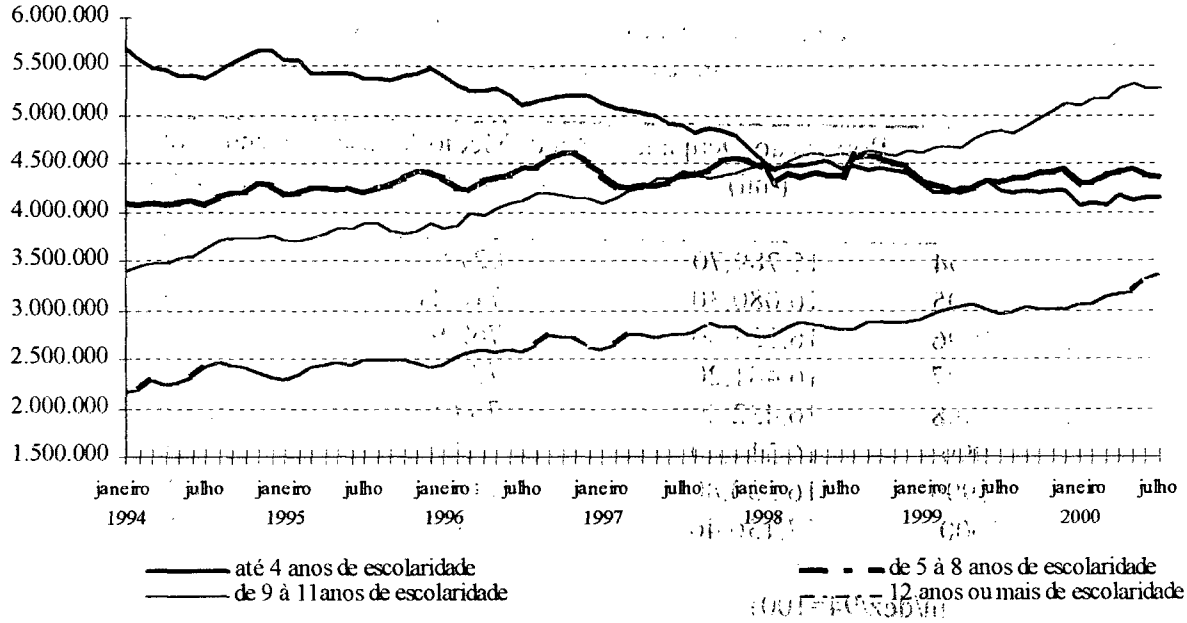
	População Ocupada (mil)	Rend. Médio Mensal (R$ maio/00)	Rend. Total Mensal (R$ milhões de maio/00)
jul/dez 1994	15.789,70	627,96	99.152,35
jul/dez 1995	16.080,30	718,41	115.522,38
jul/dez 1996	16.553,40	762,95	126.293,43
jul/dez 1997	16.481,20	784,47	129.289,65
jul/dez 1998	16.432,80	769,55	126.458,67
maio 1999	16.314,60	712,91	116.308,88
jul/dez 1999	16.550,80	716,52	118.589,76
maio 2000	17.136,46	711,64	121.949,92
No. índice (jul/dez/94=100)			
jul/dez 1995	101,84	114,40	116,51
jul/dez 1996	104,84	121,50	127,37
jul/dez 1997	104,38	124,92	130,39
jul/dez 1998	104,07	122,55	127,54
maio 1999	103,32	113,53	117,30
jul/dez 1999	104,82	114,10	119,60
maio 2000	108,53	113,33	122,99

Fonte: IBGE/PME
* Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Dados desagregados segundo nível de escolarização do trabalhador evidenciam, no entanto, que o mercado de trabalho vem rapidamente se especializando, exigindo trabalhadores com maior nível de qualificação (Gráfico 3). Como conseqüência, reduziu-se drasticamente o número de ocupados de menor qualificação – o que significou menos 1,2 milhões de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos de 4 anos de escolaridade em cinco anos entre abril 1994 e abril de 1999. Manteve-se praticamente estável o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com 4 a 8 anos de estudo, enquanto aumenta o daqueles com mais de 8 anos de estudo.

Esta mudança na composição da demanda por mão-de-obra repercutiu necessariamente sobre a evolução dos rendimentos médios segundo níveis de escolaridade. O rendimento médio dos trabalhadores menos qualificados, que tinha tido os maiores ganhos logo após a estabilização, atingiu seu melhor nível já no segundo semestre de 1996, enquanto o dos trabalhadores com nove anos de estudo ou mais continuou se elevando por mais um ano, e tanto mais quanto maior o nível de escolarização.

Gráfico 3
Evolução do Número de Trabalhadores Ocupados,
segundo nível de escolaridade – janeiro de 1994 a julho de 2000



Fonte: IBGE/PME

As condições de inserção no mercado de trabalho para o contingente de trabalhadores com menos de quatro anos de estudo se deteriorou particularmente devido aos efeitos combinados da perda de postos de trabalho que se verifica desde antes da estabilização de preços, e do rendimento médio, que começa a declinar precocemente. O segundo semestre de 1999, seu rendimento total do trabalho já tinha caído 13% desde o pico de 1996, e a tendência é certamente adversa apesar da recuperação recente.

O efeito da evolução desfavorável do mercado de trabalho para os trabalhadores de menor nível de qualificação sobre a pobreza são neutralizados, em parte, pela dinâmica distributiva no âmbito do grupo familiar, onde convivem indivíduos em diferentes faixas etárias e com níveis de escolaridade diversos. No entanto, evoluções adversas acentuadas que ocorrem em um curto período de tempo - como as verificadas a partir de 1997 -, têm impacto necessariamente adverso sobre a pobreza. Neste sentido, o agravamento da pobreza metropolitana que vem ocorrendo de forma sustentada desde 1995 pode ser associada ao rápido processo de exclusão do mercado de trabalho da mão de obra menos qualificada.

Agravamento da pobreza metropolitana poderá ocorrer concomitantemente à desigualdade crescente da distribuição dos rendimentos. Com a retomada da atividade econômica após a desvalorização, vem aumentando a demanda por trabalhadores mais qualificados: criaram-se no último ano[18] 150 mil postos de trabalho para aqueles com 12 anos ou mais de escolarização, cujo rendimento médio é 4,5 vezes superior ao dos trabalhadores com até quatro anos e estudo. Como resultado, o rendimento total para os trabalhadores com 12 anos de escolaridade ou mais já voltou a crescer e apresenta os maiores ganhos acumulados no período 1994-2000, enquanto declina sem cessar o rendimento daqueles com menos de quatro anos de escolaridade, o que tem implicações distributivas claramente adversas.

Tabela 6
Evolução do Mercado de Trabalho,
segundo nível de escolaridade do trabalhador – 1994-2000

	População Ocupada (mil)				Rendimento Médio Mensal Real (R$ mai.00)				Rendimento Total Real (R$ milhões de mai.00)			
	até 4	de 5 à 8	de 9 à 11	12 ou mais	até 4	de 5 à 8	de 9 à 11	12 ou mais	até 4	De 5 à 8	de 9 à 11	12 ou mais
jul/dez 1994	5.554,7	4.192,8	3.716,8	2.413,4	334,57	401,12	656,70	1.581,66	1.858,4	1.681,8	2.440,8	3.817,1
jul/dez 1995	5.412,5	4.316,9	3.853,6	2.487,0	397,54	465,69	721,76	1.774,64	2.151,7	2.010,4	2.781,4	4.413,5
jul/dez 1996	5.178,4	4.530,2	4.158,5	2.686,3	424,16	484,36	743,89	1.823,20	2.196,5	2.194,3	3.093,5	4.897,6
jul/dez 1997	4.811,5	4.473,7	4.386,7	2.809,3	415,31	487,64	752,58	1.890,92	1.998,3	2.181,6	3.301,3	5.312,1
jul/dez 1998	4.444,6	4.516,5	4.609,9	2.861,8	401,50	460,75	705,09	1.858,37	1.784,5	2.081,0	3.250,4	5.318,3
maio 1999	4.253,9	4.244,9	4.756,7	3.059,0	367,35	407,91	641,07	1.677,53	1.562,7	1.731,5	3.049,4	5.131,6
jul/dez 1999	4.211,4	4.382,7	4.950,2	3.006,5	371,96	432,76	642,85	1.694,12	1.566,5	1.896,7	3.182,2	5.093,3
maio 2000	4.132,9	4.452,0	5.343,4	3.208,1	368,48	424,49	611,51	1.626,76	1.522,9	1.889,8	3.267,6	5.218,9
No. índice (jul/dez/94=100)												
jul/dez 1995	97,4	103,0	103,7	103,1	118,8	116,1	109,9	112,2	115,8	119,5	114,0	115,6
jul/dez 1996	93,2	108,0	111,9	111,3	126,8	120,8	113,3	115,3	118,2	130,5	126,7	128,3
jul/dez 1997	86,6	106,7	118,0	116,4	124,1	121,6	114,6	119,6	107,5	129,7	135,3	139,2
jul/dez 1998	80,0	107,7	124,0	118,6	120,0	114,9	107,4	117,5	96,0	123,7	133,2	139,3
maio 1999	76,6	101,2	128,0	126,8	109,8	101,7	97,6	106,1	84,1	103,0	124,9	134,4
jul/dez 1999	75,8	104,5	133,2	124,6	111,2	107,9	97,9	107,1	84,3	112,8	130,4	133,4
maio 2000	74,4	106,2	143,8	132,9	110,1	105,8	93,1	102,9	81,9	112,4	133,9	136,7

Fonte: IBGE/PME

Na verdade, a reestruturação produtiva em curso tem o efeito de alijar do mercado de trabalho a mão-de-obra menos qualificada, o que vem ocorrendo desde o final da década de oitenta. O que se observou em 1999 foi um agravamento conjuntural das condições de inserção no mercado de trabalho devido à estagnação econômica de 1998 e à desvalorização cambial de janeiro daquele ano. A retomada do nível de atividade que se iniciou já em 1999 deverá resultar em melhoria dos indicadores de renda e pobreza em relação ao momento mais crítico, já que de maio de 1999 a maio de 2000 foram criados 820

[18] De maio de 1998 a maio de 2000.

mil postos de trabalho e é provável que comece a haver recuperação do rendimento médio se os prognósticos de crescimento do produto em 4% neste ano se concretizarem. No entanto, a exclusão do mercado de trabalho de indivíduos com nenhuma ou pouca qualificação é um aspecto definitivo da evolução que se observa nas metrópoles brasileiras, e que ocorrerá, inescapavelmente, embora em intensidade e velocidade diversas, nas demais áreas do país.

Para aqueles mais vulneráveis, para os quais a renda do grupo familiar não é capaz de neutralizar o alijamento do mercado de trabalho, evitar a pobreza do ponto de vista da renda depende essencialmente de benefícios previdenciários e de políticas compensatórias do poder público. Dessas políticas depende também um amplo contingente de pobres "estruturais", dentre os quais se incluem – em função dos baixos rendimentos na base da distribuição – mesmo aqueles que participam normalmente no mercado formal de trabalho.[19]

5. Conclusão

Tendo em vista que a renda per capita no Brasil é bem superior a qualquer valor que possa realisticamente ser associado à linha de pobreza, a persistência da pobreza está necessariamente associada à péssima distribuição de renda: ao 1% das pessoas cujas rendas são as mais elevadas, corresponde 13% da renda total brasileira, portanto um pouco acima do percentual de 13,9% que cabem a metade das pessoas com rendas mais baixas. Como a desigualdade de renda está atrelada aos altos rendimentos no extremo superior da distribuição, ganhos do rendimento na base da distribuição, como os ocorridos após o Plano Real, pouco afetam o coeficiente de Gini, que declinou apenas de .58 para .57 entre 1993 e 1995. O aspecto distributivo é fundamental por ter o potencial de reduzir drasticamente a pobreza, mesmo sem qualquer aumento do produto, isto é, sem crescimento econômico.

As melhorias de rendimento que beneficiaram a todos entre 1993-1995, representaram ganhos bem mais elevados para os indivíduos na base da distribuição, o que permitiu reduzir a incidência de pobreza do ponto de vista da renda de 44% para 34%. Após o impacto inicial medido em 1995, as mudanças nos indicadores de pobreza têm sido pequenas, embora localmente diferenciadas. Assim, o agravamento da pobreza nas metrópoles foi, até 1998, compensado pela ligeira melhoria em áreas não-metropolitanas, de modo que o resultado agregado para o conjunto do país foi a manutenção da proporção de pobres no patamar de 34% entre 1995 e 1998.

A crise recessiva de 1999, que afetou de forma mais acentuada as áreas metropolitanas, veio reforçar a evolução que vinha ocorrendo no mercado de trabalho, particularmente desfavorável para os mais pobres. Como é compreensível, a reestruturação e a modernização produtiva têm um impacto mais adverso para os indivíduos com menor nível de escolaridade – de 0 a 4 anos de estudo. Entre os segundos semestres de 1994 e de 1999 foram extintos 1,3 milhões de postos de trabalho para indivíduos com este nível de qualificação. Como efeito combinado da perda de postos de trabalho e da queda do

[19] Com o salário mínimo estabelecido em R$ 151, na metrópole de São Paulo, onde a linha de pobreza per capita mensal está estimada em R$ 167,97 em setembro de 1999, uma pessoa que trabalhe ganhando dois salários mínimos e que tenha um filho menor como dependente se situa abaixo da linha de pobreza (ver Anexo 1).

rendimento médio, o rendimento total dos trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, que ainda representam cerca de ¼ da mão de obra metropolitana, já tinha caído, em maio de 1999, quase 30% desde o pico atingido em 1996. É importante observar que no último ano, de maio de 1999 a maio de 2000, o rendimento total desses trabalhadores continuou caindo apesar da recuperação verificada para os demais. A rapidez e intensidade dessa evolução afeta adversamente a incidência de pobreza metropolitana, o que demandaria evolução em sentido oposto nas áreas não-metropolitanas, como aconteceu entre 1996 e 1998, de modo a evitar o agravamento da pobreza no pais.

Os prognósticos sobre o que pode ocorrer em termos de pobreza e desigualdade no Brasil daqui para frente são necessariamente cautelosos. O crescimento econômico ajuda a melhorar a renda, mas é provável que, sem intervenção de políticas distributivas, venha causar aumento da desigualdade no curto prazo, este efeito sendo tanto maior quanto mais forte a intensidade da retomada.

Evitar o agravamento da pobreza e da desigualdade depende tanto de intervenções sobre o mercado de trabalho, objetivando especificamente tornar a reestruturação produtiva menos penosa para os mais pobres, como de políticas de transferência de renda. O montante correspondente ao hiato da renda, estimado em R$ 27,1 bilhões, ou o equivalente a 2,7% do PIB de 1999 - seria teoricamente suficiente para elevar todos os pobres ao nível da linha de pobreza. É importante ter em mente que a renda dos indivíduos que serviu de base para este cálculo já incorpora o valor das transferências realizadas pelos programas existentes em 1999, cuja abrangência é significativa. Somente as transferências realizadas pelo sistema público de assistência social atendiam 2 milhões de indivíduos[20] ao custo de R$ 3,4 bilhões anuais. É importante notar, ainda, que a transferência de renda se limita a reduzir a pobreza no que ela depende da renda para consumo no âmbito privado, sendo indispensável a manutenção de políticas voltadas para o atendimento de outras necessidades dos mais pobres, como educação, saúde e nutrição, saneamento etc.

O gasto social no Brasil já atinge cerca de 20% do PIB. É evidente, portanto, que a persistência da pobreza não está vinculada a uma insuficiência do gasto público. Como já se sabe, a tarefa essencial consiste em melhorar a eficiência do gasto social e priorizar sua focalização nos mais pobres, atuando através tanto de medidas assistenciais que apenas amenizam os sintomas presentes da pobreza, como daquelas - essencialmente as educacionais - que têm o potencial de romper de forma definitiva o círculo vicioso da pobreza.

[20] Número de benefícios assistenciais mantidos em dezembro de 1999. Fonte: MPAS. Estas transferências beneficiam indivíduos idosos e portadores de deficiência não filiados ao sistema de previdência social.

Anexo 1

Valoração das Linhas de Pobreza

Quando se trata de estabelecer linhas de pobreza no Brasil é comum fixar nacionalmente um dado patamar de renda em termos de salário mínimo, com freqüência 2 salários mínimos por família ou 1/2 salário mínimo per capita. Tal procedimento tem a desvantagem de estabelecer um parâmetro sem garantia de que ele permita cobrir o custo associado ao atendimento do conjunto das necessidades básicas, além de negligenciar a existência de diferenciais geográficos deste custo.

As linhas de pobreza utilizadas neste texto têm duas características básicas.

A primeira é que não são linhas de pobreza normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda a partir de pesquisas de orçamentos familiares. Assim, por exemplo, a composição da cesta alimentar reflete os hábitos e preferências das famílias face à restrição de renda, sendo estabelecidas de modo a atender os requisitos nutricionais médios da população a qual se refere. oram utilizadas linhas de pobreza derivadas do ENDEF para fornecer uma perspectiva da evolução da pobreza no longo prazo - de 1970 a 1997. As análises mais detalhadas relativas à década de noventa se baseiam em indicadores obtidos a partir do uso de linhas de pobreza derivadas da POF 1987/1988. A descrição passo a passo da metodologia de construção desses parâmetros é apresentado em Rocha (1997).

A segunda característica é que, reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões e conforme o local de residência (metropolitano, urbano ou rural), foram estabelecidas linhas de pobreza que levam em conta esses diferenciais. Assim, com base nas cestas de consumo estabelecidas para cada região metropolitana, seus valores foram estimados ano a ano com base no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE[21].

A esse respeito é importante notar que somente para as regiões metropolitanas é possível acompanhar a evolução do custo de vida para os pobres, isto é, do valor da linha de pobreza, pois somente nelas são realizadas pesquisas de preços ao consumidor. Isto significa que pouco se sabe sobre custo de vida para os pobres em áreas urbanas não-metropolitanas e rurais. Com o objetivo de obter estimativas acerca da pobreza para o Brasil como um todo, supôs-se que os diferenciais de custo de vida entre áreas rurais, urbanas e metropolitanas para as populações de baixa renda se mantiveram como observado no ano-base. O conjunto de linhas de pobreza relativas a 1999 são apresentadas abaixo.

[21] Para uma descrição detalhada da metodologia de construção das linhas de pobreza, ver Rocha (1997).

Linhas de Pobreza para Setembro de 1999

Regiões e Estratos	ENDEF			POF		
	em (R$)	em Sal.Mín.	em US$	em (R$)	em Sal.Mín.	em US$*
Norte						
Belém	89,76	0,66	47,29	87,73	0,65	46,22
Urbano	79,89	0,59	42,09	76,48	0,56	40,29
Nordeste						
Fortaleza	53,90	0,40	28,40	88,58	0,65	46,67
Recife	70,44	0,52	37,11	128,78	0,95	67,85
Salvador	74,93	0,55	39,48	114,93	0,85	60,55
Urbano	46,49	0,34	24,49	78,15	0,57	41,17
Rural	27,90	0,21	14,70	47,14	0,35	24,84
MinasGerais/ E.Santo						
Belo Horizonte	74,47	0,55	39,23	109,78	0,81	57,84
Urbano	49,90	0,37	26,29	73,81	0,54	38,89
Rural	29,05	0,21	15,30	43,69	0,32	23,02
Rio de Janeiro						
Metrópole	102,28	0,75	53,89	130,74	0,96	68,88
Urbano	63,41	0,47	33,41	81,35	0,60	42,86
Rural	46,02	0,34	24,25	59,38	0,44	31,28
São Paulo						
Metrópole	114,80	0,84	60,48	167,97	1,24	88,49
Urbano	72,33	0,53	38,11	107,33	0,79	56,55
Rural	45,92	0,34	24,19	67,52	0,50	35,57
Sul						
Curitiba	59,34	0,44	31,26	106,55	0,78	56,14
Porto Alegre	74,23	0,55	39,11	83,51	0,61	44,00
Urbano	50,09	0,37	26,39	71,37	0,52	37,60
Rural	33,39	0,25	17,59	48,11	0,35	25,35
Centro						
Brasília	80,11	0,59	42,21	148,81	1,09	78,40
Goiânia	-	-	-	138,25	1,02	72,84
Urbano	53,67	0,39	28,28	105,26	0,77	55,46
Rural	34,45	0,25	18,15	60,46	0,44	31,85

*Cotação do dólar utilizada para a conversão igual a 1,8981.

Anexo 2

Evolução dos Indicadores de Pobreza,
por regiões e estratos

Regiões e Estratos	1995 No. (mil)	1995 Contr. (%)	1995 Prop. (%)	1997 No. (mil)	1997 Contr. (%)	1997 Prop. (%)	1999 No. (mil)	1999 Contr. (%)	1999 Prop. (%)
Norte	2.613,3	5,33	38,49	2.856,3	5,51	39,61	3.066,4	5,63	39,65
Belém	274,7	0,56	29,81	331,2	0,64	35,56	355,0	0,65	37,50
Urbano	2.338,7	4,77	39,86	2.525,1	4,87	40,21	2.711,4	4,98	39,95
Nordeste	22.330,6	45,52	52,05	23.314,4	44,98	52,86	22.879,5	42,03	50,90
Fortaleza	1.154,8	2,35	46,02	1.183,3	2,28	45,42	1.286,3	2,36	47,90
Recife	1.632,3	3,33	57,01	1.682,0	3,24	57,79	1.796,9	3,30	59,62
Salvador	1.300,7	2,65	50,82	1.295,9	2,50	48,59	1.353,6	2,49	50,23
Urbano	9.888,2	20,16	50,67	10.338,4	19,94	50,91	10.217,8	18,77	49,44
Rural	8.354,6	17,03	54,05	8.814,8	17,01	56,45	8.224,9	15,11	51,77
Minas G./E. Santo	5.271,9	10,75	27,82	5.350,7	10,32	27,50	5.676,2	10,43	28,62
B. Horizonte	1.150,4	2,35	31,31	1.132,6	2,18	29,71	1.367,1	2,51	35,15
Urbano	2.800,3	5,71	25,56	2.875,4	5,55	25,07	3.051,7	5,61	25,94
Rural	1.321,1	2,69	30,57	1.342,7	2,59	32,12	1.257,3	2,31	30,07
Rio de Janeiro	3.703,6	7,55	28,50	3.829,9	7,39	28,86	3.706,6	6,81	27,88
Metrópole	2.886,5	5,88	29,31	3.053,9	5,89	30,40	2.912,1	5,35	29,19
Urbano	604,7	1,23	23,56	578,7	1,12	21,95	587,2	1,08	21,75
Rural	212,4	0,43	36,47	197,3	0,38	33,48	207,3	0,38	33,57
São Paulo	7.246,7	14,77	22,01	8.553,6	16,50	25,21	10.217,3	18,77	29,35
Metrópole	4.242,0	8,65	26,89	5.195,7	10,02	32,09	6.423,4	11,80	38,97
Urbano	2.585,9	5,27	17,25	2.856,7	5,51	18,35	3.281,4	6,03	20,44
Rural	418,8	0,85	19,40	501,2	0,97	23,14	512,5	0,94	22,58
Sul	4.087,2	8,33	17,85	4.248,7	8,20	18,11	4.749,0	8,72	19,71
Curitiba	455,7	0,93	19,94	512,2	0,99	21,17	639,0	1,17	25,71
Porto Alegre	435,4	0,89	14,07	448,5	0,87	14,43	589,9	1,08	17,87
Urbano	2.046,4	4,17	16,27	2.215,3	4,27	17,00	2.420,6	4,45	18,03
Rural	1.149,6	2,34	23,26	1.072,7	2,07	21,91	1.099,5	2,02	22,54
Centro-Oeste	3.800,2	7,75	37,44	3.682,5	7,10	34,62	4.145,1	7,61	37,43
Brasília	569,3	1,16	33,10	600,6	1,16	32,81	760,9	1,40	39,39
Urbano	2.551,7	5,20	38,32	2.506,6	4,84	35,48	2.746,1	5,04	37,54
Rural	679,2	1,38	38,35	575,3	1,11	33,06	638,1	1,17	34,92
Metropolitano	14.101,8	28,75	31,16	15.435,9	29,78	33,18	17.484,2	32,12	36,88
Urbano	22.816,0	46,51	31,20	23.896,1	46,10	31,30	25.016,3	45,95	31,78
Rural	12.135,7	24,74	41,51	12.504,0	24,12	42,84	11.939,6	21,93	40,25
BRASIL	49.053,4	100	33,23	51.836,0	100	34,09	54.440,1	100	34,95

Fonte: IBGE/PNADs, Tabulações Especiais.
Nota: Linhas de Pobreza derivadas da POF.

Anexo 3

Indicadores de Insuficiência de Renda
por UF para 1999

Unidade Federativas	No. de Pobres (mil)	Prop. (%)	Contrib. (%)	Hiato da Renda	Hiato Quadrático*
Norte	3.066,4	39,65	100	0,4567	0,1157
Rondônia	186,0	22,39	6,06	0,4870	0,0759
Acre	128,8	36,68	4,20	0,4976	0,1186
Amazonas	845,5	43,65	27,57	0,4555	0,1281
Roraima	44,8	22,79	1,46	0,4726	0,0730
Pará	1.361,5	42,93	44,40	0,4517	0,1218
Amapá	158,0	41,55	5,15	0,5150	0,1489
Tocantins	341,8	39,47	11,15	0,4185	0,0980
Nordeste	22.879,5	50,90	100	0,4726	0,1505
Maranhão	2.854,3	52,98	12,48	0,4355	0,1349
Piauí	1.454,6	54,05	6,36	0,5088	0,1789
Ceará	3.696,5	53,27	16,16	0,4931	0,1696
Rio G. do Norte	1.099,0	41,72	4,80	0,4680	0,1245
Paraíba	1.468,6	44,04	6,42	0,4690	0,1262
Pernambuco	4.013,0	56,34	17,54	0,5052	0,1848
Alagoas	1.405,8	51,88	6,14	0,4423	0,1360
Sergipe	728,6	45,48	3,18	0,4642	0,1376
Bahia	6.159,1	49,16	17,39	0,4571	0,1378
Sudeste	19.600,1	28,85	100	0,4260	0,0756
Minas Gerais	4.970,5	29,37	25,36	0,4214	0,0756
Espírito Santo	705,7	24,24	3,60	0,4482	0,0749
Rio de Janeiro	3.706,6	27,88	18,91	0,4174	0,0699
São Paulo	10.217,3	29,35	52,13	0,4299	0,0779
Sul	4.749,0	19,71	100	0,4256	0,0539
Paraná	2.275,4	24,72	47,91	0,4244	0,0668
S. Catarina	678,8	13,50	14,29	0,4089	0,0354
Rio G. do Sul	1.794,8	18,20	37,79	0,4336	0,0513
Centro-Oeste	4.145,1	37,43	100	0,4253	0,0967
Mato Gr. Sul	754,1	37,67	18,19	0,4287	0,0996
Mato Grosso	804,7	34,35	19,41	0,3959	0,0792
Goiás	1.825,4	38,05	44,04	0,4171	0,0962
D. Federal	760,9	39,39	18,36	0,4729	0,1166
Brasil	54.440,1	34,95	100	0,4472	0,0974

Fonte: IBGE / PNAD, 1999 - Tabulações Especiais.

* Índice Sintético de Pobreza proposto por Foster, Greer e Thorbecke (Econométrica, 1984. 52. p.761-767).

Bibliografia

Barros, R.P. e Mendonça, Rosane. A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960. IPEA, Texto para Discussão, no. 286, 1992.

_____. O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Deisgualdade sobre a Pobreza. IPEA, Texto para Discussão, no. 528, 1997.

Bonelli, Régis, Ramos, Lauro. Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde os meados dos anos 70. IPEA, Discussion Paper no. 288. January 1993.

IPEA, Gastos Sociais das Três Esferas de Governo - 1995. IPEA, Brasília, s/d.

Lavinas, Lena. Rocha, Sonia. Varsano, Ricardo. Programas de Garantia de Renda Mínima - Uma Orientação aos Municípios. ILDES, Fundação Ford, FINEP, 1998.

Rocha, Sonia. Pobreza no Brasil: A Evolução nas Duas Últimas Décadas. Relatório de Pesquisa, CNPq, 1996.

_____ "Do Consumo Observado à Linha de Pobreza" , in Pesquisa e Planejamento Econômico, 27(2), agosto de 1997, p. 313-352.

_____ Minimum Income Programs - How do they apply to Brazilian Metropolitan Nuclei? Sob contrato do Banco Mundial, março de 1999, 42 p.

_____ "Pobreza no Brasil - Principais Tenências da Espacialização", in XXVI Encontro Nacional de Economia, Vitória, dez. 1998(a), Anais, p.1665-1682.

_____ Child Labor in Brazil and the Program for Eradication of Child Labor. Background Paper para o World Bank, junho de 1999.

_____ Targeting at the Poor - Issues Concerning Social Programs in Brazil. Background Paper para o Banco Mundial, dezembro de 1998 (b).

Simões, Celso. A mortalidade infantil nas transição da mortalidade: um estudo comparativo entre o Nordeste e o Sudeste. Dissertação de doutorado, CEDEPLAR/UFMG, 1997.

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

26.07.02	898 –		
* Devolver Sala norma			

IPEA - Biblioteca sea61.xls